



Servidores do Incra, MDA e SPU fazem atividades semanais por reestruturação de carreiras

Servidores do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) estão unidos e mobilizados pela reestruturação de carreiras. A luta é por valorização daqueles que são responsáveis diretos pela execução de políticas públicas imprescindíveis para uma reforma agrária popular, para a soberania alimentar e para a redução das profundas desigualdades que assolam a população do país.

Ontem, segunda-feira, 5, marcou o início de uma série de atividades que toda semana devem ocorrer em frente às unidades do Incra em todo Brasil. Em Brasília, a atividade, em frente ao edifício Palácio do Desenvolvimento, sede do Incra, contou com dezenas de servidores e a presença dos deputados federais Airton Faleiro (PT-PA) e Erika Kokay (PT-DF).

A reestruturação das carreiras é um primeiro passo para evi-

tar a evasão funcional, para recompor o quadro de servidores e, conseqüentemente, para reconstruir as políticas públicas do Estado brasileiro!

As atividades estão sendo organizadas pela Condsef/Fenadsef, seus sindicatos filiados, em conjunto com a Cnasia-AN e demais associações. As entidades dão apoio logístico e de estrutura para possibilitar a participação ativa e mobilização da categoria.

Fonte: Condsef

Comissão aprova prioridade no SUS e no Susp para mulher vítima de violência

A Comissão de Segurança Pública (CSP) aprovou nesta terça-feira (6) o projeto de lei (PL) 2.737/2019, que dá prioridade no atendimento social, psicológico e médico à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

A matéria altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). De acordo com a proposição, a mulher vítima de violência doméstica e familiar deve ter prioridade de atendimento em unidades do Sistema Único de Saú-

de (SUS) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O projeto também altera a Lei 13.239, de 2015, que prevê a realização de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. De acordo com a proposição, a vítima deve ter atendimento prioritário entre os casos de mesma gravidade registrados em hospitais e centros de saúde pública.

Fonte: Agência Senado





Veja as pautas prioritárias dos trabalhadores na volta do Congresso

O Congresso Nacional voltou esta semana aos trabalhos parlamentares, após o recesso que começou em 23 de dezembro. A volta nesta segunda-feira (5) foi marcada por sessão solene com os presidentes das casas, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, e mensagem gravada do presidente Lula.

Os trabalhos nas Casas são retomados com medidas provisórias (MP), pendentes de análise, além de projetos de lei considerados prioritários.

Entre as medidas está a prorrogação do programa de negociação de dívidas Desenrola e o programa Mover, de incentivos para o setor automobilístico.

O Congresso também deve negociar o veto do presidente Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares no Orçamento deste ano.

Com as eleições municipais no segundo semestre, o que deve mobilizar politicamente parte da casa para fora de Brasília, o calendário parlamentar deve ser curto.

Também por que, além das festividades que suspendem parte dos trabalhos, com a eleição de novos presidentes da Câmara e do Senado, a tendência é que as casas se movimentem mais politicamente, a partir de costuras políticas, e se debruçam menos sobre projetos e leis.

Com a ajuda do analista político e diretor de documentação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Nauriberg Dias, levantamos as pautas que merecem atenção especial do movimento sindical.

PAUTAS ESTRATÉGICAS DA CLASSE TRABALHADORA

Reforma administrativa

A PEC 32, já pronta para votação no Congresso, que trata da Reforma Administrativa, é um tema central na conjuntura. Ela trata da recomposição do Estado, e a partir das propostas do governo, reaproxima, segundo Nauriberg, à população e os servidores dos debates centrais do país, “numa agenda positiva para os trabalhadores e em diálogo também com o empresariado”, afirma.

O Congresso, no entanto, alinhado com o mercado, defende que ela seja aprovada como está, o que dará mais poder aos parlamentares, e menos para o governo. O diretor do DIAP afirma que o tema deve ser prioridade máxima dos dirigentes sindicais, e que um debate fora do que está colocado pelo Congresso seja feito.

Trabalho por aplicativos

O governo trabalha em uma proposta para regulamentar o trabalho por aplicativos, que deve se somar a outras propostas sobre trabalho.

Contribuição negocial

Já há uma minuta de proposta a ser enviada depois do Carnaval ou no meio do ano com relação a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. Já há dentro do Congresso Nacional propostas em circulação que dificultam a regulamentação de modo que a regulamentação seja favorável aos trabalhadores e trabalhadoras.

Nova lei do primeiro emprego

O Senado aprovou uma lei - que voltou para a Câmara - que retoma o nascedouro da Carteira de Trabalho Verde e Amarela, do ex-presidente Jair Bolsonaro, que prejudica fundos como o FGTS e que desestimula dessa forma o emprego permanente, recolocando o debate sobre a rotatividade. É um tema que pode ser pauta no Senado por pressão da banca empresarial.

Reoneração da folha de pagamento

A chamada desoneração da folha de pagamento permite a empresas de 17 setores da economia substituir a contribuição previdenciária --de 20% sobre os salários dos empregados -- por uma alíquota que varia de 1% a 4,5% e que incide sobre o faturamento das empresas.

A medida acabaria em dezembro de 2023, e o Congresso aprovou um projeto que prorroga a medida até dezembro de 2027. O presidente Lula vetou a prorrogação, o Congresso derrubou o veto, e Lula editou uma MP prevendo a chamada reoneração gradual.

O governo deve enviar um projeto de lei para substituir a MP. Uma das críticas dos economistas é que a medida não apresenta contrapartida concreta de geração e manutenção de empregos.

Fonte: CUT